

# Reflexão sobre as necessidades do ensino superior da Conservação e Restauro em Portugal

Ana Margarida Portela

Francisco Queiroz

<http://franciscoeanamargarida.planetaclix.pt>

Estando já em curso, em Portugal, o início do Processo de Bolonha e tendo surgido nos últimos tempos propostas de novos cursos de Conservação e Restauro (nomeadamente, para Óbidos e para Setúbal), existindo provavelmente outras propostas na calha que ainda desconhecemos, pareceu-nos oportuno elaborar um modesto documento de reflexão sobre as necessidades do ensino da Conservação e Restauro em Portugal.

Tendo como base um parecer realizado em Janeiro de 2005 a pedido do Instituto Politécnico de Setúbal (com bastantes adaptações e ampliações), o documento que se segue funda-se na nossa – embora curta – já bastante diversificada experiência na Conservação e Restauro, que abrange a prática, a consultoria e a formação, quer ao nível técnico-profissional, quer ao nível universitário.

Temos consciência que as ideias expostas em seguida não serão consensuais. Ainda assim, cremos que a reflexão que pode resultar da publicação deste documento será importante neste momento de viragem no ensino superior em Portugal.

## ■ Há lugar para novos cursos superiores generalistas de Conservação e Restauro em Portugal?

O facto do ensino superior da Conservação e Restauro (e de áreas conexas) ter alastrado nos últimos anos, quer em áreas de aplicação, quer em número de estabelecimentos de ensino, parece sugerir que estamos perante uma área académica em crescimento, correspondendo a um mercado em forte expansão.

Contudo, a realidade não é assim tão linear. De facto, com base na experiência que possuímos relativamente à

formação de conservadores/restauradores e à formação em Conservação e Restauro junto de profissionais de outras áreas, julgamos que *já não é viável em Portugal a criação de mais cursos superiores generalistas de Conservação e Restauro*. Não queremos com isto afirmar que haja já um número suficiente de restauradores portugueses licenciados a laborar ou que a capacidade científica e técnica dos mesmos seja sempre boa. Pelo contrário. Porém, estes problemas não iriam ser resolvidos com mais cursos superiores generalistas na área da conservação e do restauro, especialmente por duas grandes razões:

## ■ ■ A dificuldade em constituir um corpo docente de qualidade

Para que um novo curso superior generalista de Conservação e Restauro singrasse em Portugal, necessitaria de ter, em primeiro lugar, um corpo docente melhor do que aquele que existe nos cursos congéneres (Lisboa – UNL, Tomar – IPT, Porto – EA/UCP). Não podemos nem pretendemos fazer aqui uma avaliação exaustiva do corpo docente dos referidos cursos de Conservação e Restauro. Porém, pensamos que – globalmente e em abstracto – a sua qualidade ainda deixa algo a desejar.

Esta apreciação funda-se em três aspectos básicos:

- Em primeiro lugar, a experiência própria, confrontada com relatos mais recentes de alguns estudantes e recém-licenciados. Estes relatos sugerem que algumas fragilidades antigas tendem a manter-se: nem todos os docentes possuem suficiente qualidade pedagógica, quer porque tendem a dar aulas “por cartilha” ou – caso

sejam simultaneamente restauradores – tendem a não ensinar senão lugares-comuns, salvaguardando para si os “segredos” do saber-fazer profissional, uma vez que parecem encarar os alunos como futuros concorrentes.

- Em segundo lugar, através dos dados divulgados pelas próprias instituições de ensino superior, nota-se ainda um insuficiente número de docentes com o grau de doutor (apesar de uma sensível evolução positiva nos últimos anos).

- Em terceiro lugar - e este é o aspecto mais importante - temos constatado pouca produção científica especializada por parte da generalidade dos docentes de Conservação e Restauro em Portugal, salvo raras excepções.

Por tudo isto, poder-se-á pensar que até não seria difícil reunir, num novo curso superior generalista de Conservação e Restauro, um corpo docente melhor que o dos cursos superiores já existentes em Portugal. Porém, as fragilidades que pensamos ser ainda notórias na globalidade do corpo docente dos actuais cursos generalistas de Conservação e Restauro derivam bastante da própria situação da disciplina em Portugal. Consequentemente, hoje continua a ser difícil encontrar em Portugal docentes de Conservação e Restauro com formação académica ao nível do Doutoramento e que, simultaneamente, possuam experiência como executantes (o que é fundamental nas disciplinas práticas e também nas disciplinas teóricas – de modo a fazer a ligação à prática). Aliás, os poucos docentes na situação anterior estão quase todos já vinculados a cursos superiores de Conservação e Restauro existentes.

Pensamos que a tentativa de contratar professores com diplomas de origem estrangeira – como de certo modo sucedeu com o curso da Escola das Artes da Universidade Católica – nada garante à partida em termos de qualidade do corpo docente. Aliás, é sabido que existem vários cursos de Conservação e Restauro fora de Portugal cujo grau académico é de difícil enquadramento no actual panorama universitário português. Ainda assim, qualquer um destes cursos tende a ser hiper-valorizado no nosso país. É verdade que desde há cerca de quinze anos existe um documento ao nível estatal que estabelece os cursos considerados válidos. Contudo, algumas instituições portuguesas de ensino integram docentes com especializações em Conservação e Restauro obtidas em

estabelecimento não contemplado na referida listagem. Em suma, é sempre necessário discernimento e uma análise curricular rigorosa para avaliar a formação em Conservação e Restauro, quando esta é obtida fora de Portugal.

O estabelecimento de protocolos de intercâmbio *efectivo* com instituições congéneres internacionais poderia ser uma opção para conferir maior qualidade científica aos docentes portugueses de Conservação e Restauro, no âmbito de um eventual novo curso superior generalista. Contudo, estes processos de intercâmbio demoram o seu tempo. Por outro lado, as instituições internacionais congéneres escolhidas teriam de possuir certo prestígio e, sobretudo, uma larga experiência na formação superior em Conservação e Restauro. É sobretudo por esta razão que as melhores instituições de ensino superior italianas levariam alguma vantagem relativamente a instituições de outros países, mesmo que nalgumas áreas da Conservação e Restauro a Itália não seja actualmente o país com maior produção científica.

## ■ ■ A relação oferta/procura

Apesar de Portugal ser um país pequeno, conta já com três cursos superiores generalistas de Conservação e Restauro, para além de alguns outros cursos superiores que também incluem vertentes curriculares mais ou menos práticas de Conservação e Restauro, por vezes mesmo com apoio de laboratórios autónomos (como é o caso da FLUP). Neste contexto, pensamos que é desaconselhável a criação de novos cursos generalistas de Conservação e Restauro em Portugal, sobretudo em instituições de ensino superior que estejam na órbita geográfica de outras instituições que já os possuem.

No caso da proposta do curso de Conservação e Restauro que foi tornada pública em 2004 pela EST do Instituto Politécnico de Setúbal, tendo em conta a grande proximidade a Setúbal da instituição onde é ministrado o curso de Conservação e Restauro da UNL (na Caparica), muito dificilmente o novo curso generalista que se propôs na EST de Setúbal terá hipótese de sobrevivência tal como foi apresentado, mesmo que consiga juntar um corpo docente excepcional – o que não deverá ser fácil, pelas razões já apontadas e porque se trata de uma instituição de

ensino superior que está algo deslocada dos grandes centros universitários do país.

O mesmo se aplica à proposta de criação da Escola Superior de Conservação e Restauro de Óbidos, apesar do parecer positivo emitido em 6 de Dezembro de 2004 pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), no qual alegava-se ser “*evidente que a oferta de formação existente no país neste domínio no ensino superior*” é “*manifestamente reduzida, não existindo nenhuma Escola Superior especialmente vocacionada para o efeito*” e fazendo “*assim, todo o sentido a criação de uma Escola Superior especializada na formação nas áreas da conservação, restauro e reabilitação do património histórico e cultural com impacto desejável no plano regional e nacional*”. Ora, tendo em conta que, depois do veto à criação deste estabelecimento em Óbidos, o funcionamento do curso generalista de Conservação e Restauro para ali previsto foi equacionado sob a dependência da ESTG de Leiria (ou dos próprios serviços centrais do Instituto Politécnico de Leiria) [1], parece-nos ainda mais evidente que este novo curso generalista proposto dificilmente conseguirá competir com o - bem próximo - curso existente em Tomar. Aliás, mesmo sendo o curso de Tomar o mais antigo do género em Portugal, e mesmo tendo sido recentemente proposta uma autonomização do Departamento de Arte, Conservação e Restauro da EST de Tomar (passando este a “Escola Superior de Artes e Restauro de Tomar”), não deixamos de notar que se tem assistido aqui a uma estagnação da procura do curso e mesmo a uma diminuição do número anual de licenciados em Conservação e Restauro [2].

Esta questão da procura de formação em Conservação e Restauro é muito interessante, mas também extremamente complexa. Não resistimos a deixar aqui registados dois dados que poderão motivar ulterior reflexão, ainda que estejam sobretudo relacionados com o ensino técnico-profissional. Se é verdade que a Conservação e Restauro ganhou nos últimos anos vários novos cursos neste nível de ensino, também é verdade que outros desapareceram sem que fosse evidente vaticiná-lo. Só na cidade do Porto, extinguíram-se nos últimos anos dois destes cursos: um na Escola Profissional Centro de Estudo e Trabalho da Pedra e outro, há bem poucos meses, na emblemática Escola Artística e Profissional Árvore.

## ■ Lacunas de formação em Conservação e Restauro

Apesar de tudo o que já foi afirmado, julgamos que várias áreas da Conservação e Restauro em Portugal não são ainda abordadas de um modo minimamente satisfatório em cursos superiores. Referimo-nos, por exemplo:

- a) ao papel e aos tecidos (fibras antigas);
- b) à pintura mural e aos estuques;
- c) ao material fonográfico, cinematográfico e fotográfico (em vários suportes);
- d) à cerâmica aplicada à arquitectura (estatuária de fachada, ornatos e revestimentos), ao vitral e a outras peças em suporte vítreo;
- e) a materiais arqueológicos de proveniência sub-aquática.

Serão todas essas áreas passíveis de dar origem a um curso superior? Pensamos que não. De facto, nem todas possuem mercado suficiente em Portugal para que se pudesse criar um curso superior especializado. Por outro lado, mesmo que esse mercado existisse, haveria certamente muita dificuldade, em algumas destas áreas, para substituir o restauro empírico pelo restauro científico. Essa dificuldade ainda hoje existe em áreas como a pedra ou mesmo a talha (esta última sobretudo no norte de Portugal, onde o mercado do restauro de talha permanece dominado por santeiros sem qualquer formação académica em conservação e restauro).

Por outro lado, para algumas das áreas supramencionadas existem em Portugal cursos não superiores (geralmente de carácter técnico-profissional), que vão, de certo modo, suprimindo a carência ao nível das competências de execução. Algumas instituições portuguesas (como a Biblioteca Nacional, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, o Museu do Traje e até mesmo algumas câmaras municipais) procuraram contornar as lacunas de formação em áreas específicas da Conservação e Restauro, fazendo a formação dos seus técnicos internamente, prática que nos parece já ter sido mais frequente do que hoje é.

Realçamos a ideia de que estes pequenos cursos não superiores especializados destinam-se a conferir competências de execução. Porém, a Conservação e Restauro não é somente execução. Muito dificilmente os cursos técnico-profissionais conferem competências de investigação, de gestão, ou de monitorização, por

exemplo. Julgamos que estas competências são próprias do ensino superior. Ora, se nem todas as supra-mencionadas lacunas de formação em Conservação e Restauro que notamos hoje em Portugal são passíveis de vir a ser colmatadas no âmbito de cursos específicos de licenciatura, então que modelo deverá ser seguido no futuro?

Há mais de dez anos atrás, perante o vazio de formação existente, pensou-se em criar cursos superiores generalistas de Conservação e Restauro, depois acrescentados com pequenas variantes curriculares. Porém, parece-nos que esse modelo está esgotado e o argumento crucial é fácil de dar: muitos licenciados na variante de azulejo trabalham hoje em talha; outros, da variante de pedra, trabalham em pintura (etc.). Será que estes são profissionais especializados nas áreas em que hoje trabalham? É certo que têm a formação de base em Conservação e Restauro. E quanto ao resto? Vejamos: Quantas publicações, quantos artigos científicos sobre Conservação e Restauro existem hoje em Portugal, de produção exclusivamente portuguesa? Quantos são os investigadores portugueses licenciados em Conservação e Restauro que estão hoje a publicar o resultado da sua experiência? Será que aqueles que concluíram a licenciatura em Conservação e Restauro e depois mudaram de profissão, por dificuldade em entrar no mercado de trabalho, estão a ser contabilizados na estatística do desemprego na área da Conservação e Restauro? E aqueles restauradores (talvez a maioria...) que trabalham apenas alguns meses por ano, saltando de empresa em empresa, fazendo um ou outro “biscate” - serão estes os nossos investigadores em Conservação e Restauro? Serão estes aqueles que vão poder pegar na bibliografia estrangeira e actualizá-la, corrigi-la; adaptá-la a Portugal, ao seu clima, aos seus materiais mais comuns, à especificidade do seu Património, partindo ulteriormente para uma pesquisa mais avançada e inovadora?

É sabido que se torna muitas vezes mais fácil entrar no mercado de trabalho português para o detentor de um curso profissional em Conservação e Restauro equivalente ao 12º ano do que para um licenciado. Hoje, algumas instituições (sobretudo estatais) ainda contratam os técnicos que possuem menores habilitações, com o argumento de poderem pagar menos. Por outro lado, em várias áreas da Conservação e Restauro, como a pedra e os materiais metálicos, não só

os clientes como as empresas preferem frequentemente trabalhadores sem formação académica, por vezes mesmo sem qualquer formação, mas que herdaram (ou fingem ter herdado) o saber-fazer das técnicas tradicionais – que os cursos superiores portugueses de Conservação e Restauro ainda não conseguiram integrar devidamente no seu currículo.

Alguns profissionais com formação empírica ou detentores de cursos técnico-profissionais específicos acabam por vir a frequentar também um curso superior generalista em Conservação e Restauro. Nestes casos, pensamos que os dois tipos de formação se complementam. Contudo, para aqueles jovens que provêm da via de ensino e depois obtêm uma licenciatura generalista em Conservação e Restauro, as pós-graduações de especialização ainda não abundam. Não queremos com isto afirmar que devam ser criadas em Portugal pós-graduações em todas as áreas já mencionadas da Conservação e Restauro ou sequer que as pós-graduações serão a solução para passarmos a ter profissionais especializados em áreas menos requisitadas pelo mercado, mas que são igualmente importantes.

Julgamos que as pós-graduações em Conservação e Restauro devem ser extremamente bem planeadas, de modo a evitar formação meramente teórica ou uma repetição de matérias já leccionadas nas respectivas licenciaturas pelos mesmos docentes. Lembramos também que a proximidade de Espanha e a progressiva uniformização do ensino universitário na Europa poderão igualmente aconselhar a frequência de pós-graduações fora de Portugal, naquelas áreas em que é mais difícil encontrar em Portugal docentes à altura ou naquelas áreas em que a procura é menor. Sendo Portugal um país tão pequeno, parece-nos óbvio que alguma formação mais específica em Conservação e Restauro continuará a ser disponibilizada apenas em algumas instituições europeias de ensino superior.

### ■ Há lugar para novos cursos superiores não generalistas de Conservação e Restauro em Portugal?

Apesar do que referimos no parágrafo anterior, é nossa opinião que falta ainda criar em Portugal mais formação em Conservação e Restauro ao nível da licenciatura.

Referimo-nos especialmente a  *cursos superiores vocacionados para a gestão e monitorização*. Pensamos que esta é hoje a maior lacuna da Conservação e Restauro em Portugal: faltam-nos conservadores-restauradores treinados para analisar, avaliar em termos patrimoniais, definir critérios de intervenção, estabelecer metodologias pesando todos os factores (custos, tempo, mão de obra, etc.), fiscalizar o cumprimento e assumir a responsabilidade da durabilidade da intervenção e da sua reversibilidade.

Poder-se-á pensar: “mas não é isto que se pretende com os cursos generalistas de Conservação e Restauro”?

A verdade é que temos de distinguir aqui dois patamares: *ao nível do património móvel*, julgamos que os cursos generalistas de Conservação e Restauro já existentes em Portugal dão geralmente bagagem para fazer tudo isto, mesmo que quem decida seja quase sempre o empresário – e ainda hoje grande parte dos empresários do sector não possui formação na área da Conservação e Restauro. Assim, mesmo no património móvel, há um desfasamento entre teoria e prática e é frequente ouvirmos lamentos de restauradores que são obrigados a não cumprir determinados preceitos básicos, porque a mera busca do lucro por parte do empresário assim o determina. Perante este cenário, que não se afigura fácil de inverter, talvez sejam necessários restauradores que façam fiscalização e consultoria às próprias empresas de Conservação e Restauro, retirando a estas empresas a unilateralidade e a discricionariedade da decisão quanto a critérios de intervenção (quase sempre fundados em interesses meramente economicistas).

*Ao nível do património imóvel*, aí sim, temos carências muito mais evidentes, que os actuais cursos generalistas de Conservação e Restauro não colmatam.

Actualmente, a intervenção num edifício histórico é demorada, penosa, muito cara e nem sempre adequada. Isto acontece sobretudo porque não existe uma categoria profissional capaz de assumir todas as decisões. A maior parte das vezes (tratando-se de edifícios classificados), é o historiador de arte quem define o valor e é o arquitecto quem faz o projecto, podendo intervir também engenheiros e outros técnicos. O conservador-restaurador português típico não possui competências para projectar dentro deste âmbito e, de acordo com a nossa própria experiência, tem por

vezes noções distorcidas sobre o Património, até porque geralmente é obrigado a saber estilos e épocas artísticas, mas não conhece quase nada do que é português para além das obras eruditas, nas quais talvez nunca irá intervir.

Ao nível de edifícios históricos em Portugal, o restaurador limita-se a executar parte de um projecto que não leva geralmente em linha de conta tudo o que o historiador de arte propôs e ignora até a forma como se deve restaurar, resultando quase sempre em erros de toda a ordem. Frequentemente, esta intervenção do restaurador é apenas uma diminuta parte da obra (um retábulo, um painel de azulejos, etc.). O restante é trabalho para pedreiros e trolhas de uma geração que já aprendeu o seu ofício em edifícios de cimento armado, usando habitualmente em edifícios históricos materiais que colocam em causa todo o trabalho do restaurador, sem que este possa exercer a função de fiscalização e de acompanhamento de toda a obra. Os arquitectos em geral também não são capazes de o fazer devidamente, pois – com base nos currículos universitários actuais – não são ensinados a intervir em edifícios históricos, razão pela qual surgiram como cogumelos nos últimos anos as pós-graduações para arquitectos em reabilitação de edifícios. Porém, estas pós-graduações (mesmo quando são de qualidade) dificilmente eliminam os vícios que os arquitectos já ganharam nas licenciaturas e o preconceito de “ser contemporâneo” que entre a classe vigora.

### ■ Propostas para novas licenciaturas em Conservação e Restauro e para a reestruturação das licenciaturas existentes, no âmbito do Processo de Bolonha

Por tudo o que acabámos de expor, a área do *Restauro Arquitectónico* é uma aposta inteligente e necessária para um novo curso superior em Portugal, havendo até mercado suficiente a médio prazo para mais do que um curso deste género (desde que funcionando em pólos geográficos opostos). Contudo, é necessário que o currículo deste curso superior esteja bem elaborado e devidamente aplicado ao caso português, com docentes que aliem o saber-fazer tradicional à discussão científica sobre os critérios de intervenção patrimonial.

Mas a área da Conservação e Restauro em que Portugal não possui um único curso superior (nem

sequer uma pós-graduação) e que tanta falta nos faz é a do *Restauração Urbana Integrada*, dentro do espírito dos recentes cursos internacionais sobre Conservação Territorial e Urbana Integrada (ITUC) do ICCROM e também na linha de alguma formação nesta área que já começa a surgir em algumas universidades europeias (sobretudo italianas) e mesmo no Brasil. Com uma simples busca na Internet, usando expressões como “restauração urbana” e “urban conservation”, serão encontrados alguns exemplos [3-6].

Aliás, não é por acaso que já por duas vezes apresentámos publicamente uma proposta para licenciatura nesta área do *Restauração Urbana Integrada*. Também não é por acaso que, nos últimos dois anos, praticamente abandonámos as intervenções práticas de Conservação e Restauração, dedicando-nos quase somente à consultoria e à formação avançada, precisamente na área do *Restauração Arquitectónico* e na área do *Restauração Urbana Integrada*.

O interesse actual por estas questões é tal que, no âmbito da formação que ministramos, as salas enchem e os formandos deslocam-se de muito longe. Pensamos, pois, que estas são as únicas áreas dentro da Conservação e Restauração em Portugal que possuem um claríssimo potencial de crescimento a médio e longo prazo, pois - quanto às outras - o mercado está numa fase de transformação bastante grande, impedindo-nos de ter uma ideia clara do que poderá vir a suceder.

A nossa actividade profissional tem-se centrado cada vez mais no que ainda não existe em Portugal, porque a nossa visão da Conservação e Restauração é sobretudo a visão do investigador – propor novos métodos, novos critérios, numa perspectiva interdisciplinar baseada no conhecimento do Património móvel e imóvel que existe em Portugal, seja ele erudito ou vernacular. Ora, é lamentável que hoje não haja ainda em Portugal uma verdadeira carreira de investigação em Conservação e Restauração e que os cursos generalistas existentes não a fomentem devidamente. Se nada for alterado, julgamos que continuar-se-á nos próximos anos a aplicar métodos que não funcionam com os nossos materiais, que não se adequam ao nosso tipo de Património.

É por tudo isto que defendemos também reestruturações nos próprios cursos superiores de Conservação e Restauração já existentes em Portugal, passando estes cada vez mais por áreas específicas

transversais, de modo até a enquadrarem-se melhor no Processo de Bolonha e no sistema de créditos. Ou seja, a designação do curso pela área artística poderá eventualmente tender cada vez mais para a designação por um tipo de suporte. Por exemplo, em vez de separar a Conservação e Restauração de pintura da Conservação e Restauração de documentos e da Conservação e Restauração de fotografia, o caminho poderá passar por uma designação mais ampla e transversal, tal como – neste caso – “Conservação e Restauração de materiais e suportes gráficos”, podendo escolher o aluno o seu próprio currículo.

Esta questão é bastante complexa e admitimos que deva ser analisada de um modo bem mais aprofundado em outro contexto, tendo em conta a especificidade de cada curso de Conservação e Restauração já existente, as suas limitações em termos de corpo docente, bem como as condições físicas dos edifícios onde funcionam (entre outros aspectos).

Por outro lado, lembramos que um dos objectivos do Processo de Bolonha é precisamente o de uniformizar as designações dos cursos – necessidade com a qual concordamos genericamente, pelo que admitimos a manutenção da designação generalista “Conservação e Restauração”, desde que por detrás da mesma se proceda a ajustamentos curriculares.

Efectivamente, julgamos que o Processo de Bolonha deve ser encarado sobretudo como uma oportunidade e não tanto como uma fatalidade. É o momento de proceder a algumas correcções nos currículos dos cursos superiores de Conservação e Restauração já existentes em Portugal. Primeiramente, há que aperfeiçoá-los de modo a evitar a repetição de matérias, repetição essa devida a uma deficiente articulação entre as várias áreas curriculares e que, no caso de Tomar, teve sobretudo origem no alargamento do bacharelato a uma licenciatura bi-etápica. Por outro lado, as disciplinas de história (história da arte, história dos materiais) devem ser definitivamente aplicadas a Portugal e não contemplando somente materiais eruditos. Quanto ao desenho aplicado e aos métodos de representação, estas disciplinas devem tornar-se verdadeiramente aplicadas à realidade do restauro, ou então diluir-se em outras disciplinas mais práticas. Quanto à química, deve também passar a ser *mesmo* especificamente aplicada à Conservação e Restauração, o que não tem sucedido nos últimos anos, especialmente no curso da UNL, a julgar

pelos recorrentes lamentos dos seus recém-licenciados. Paradoxalmente, sabemos que há recém-licenciados na área da química que gostariam de trabalhar em restauro, não encontrando formação pós-graduada adequada. Felizmente, surgiu na Faculdade de Ciências de Lisboa um Curso de Especialização e de Mestrado em Química Aplicada ao Património Cultural, o qual conta com a colaboração do Instituto Politécnico de Tomar.

## ■ Conclusão

Geralmente, a criação de novos cursos superiores em Portugal é feita com uma injustificada tendência ao secretismo e sem uma total consciência do seu impacto em termos de procura e de posterior qualidade da oferta (materializada nos recém-licenciados). Outras vezes, quando as propostas surgem fora de Lisboa ou do Porto, emerge o risco de estas virem a transcender o âmbito estritamente académico e constituírem incómoda bandeira do poder local, exacerbando o próprio carácter político da decisão de homologação.

É evidente que qualquer proposta de novos cursos na área da Conservação e Restauro deve partir de uma sondagem do mercado de trabalho e das suas necessidades, tendo sempre como perspectiva não tanto as necessidades actuais, mas aquelas que advirão a médio e longo prazo. De outro modo, o curso poderá não ser sustentável.

Ora, os recentes projectos para novos cursos de Conservação e Restauro possuem sempre boas intenções e trazem mais-valias. Mas a verdade é que hoje o grau de exigência da Conservação e Restauro é cada vez maior e os cursos generalistas, tal como estão, têm-se mostrado pouco capazes de formar verdadeiros especialistas e investigadores efectivamente activos, o que tememos venha a ser ainda mais evidente com a aplicação das disposições de Bolonha quanto à duração dos cursos superiores, caso não sejam feitas as necessárias re-estruturações curriculares.

Assim, julgamos que as instituições portuguesas de ensino superior interessadas em apostar num novo curso de Conservação e Restauro devem investir sobretudo:

- no Restauro Arquitectónico, abrangendo estruturas em pedra, em madeira, cantarias de ornato, ferro, cerâmica, rebocos, coberturas, etc., com incidência na arquitectura vernacular portuguesa e nas suas variantes regionais;

- no Restauro Urbano Integrado, abrangendo restauro do espaço público e de elementos intangíveis em conjuntos de elevado valor patrimonial, conservação, planeamento, gestão e revitalização de centros históricos (urbanos ou rurais), conservação da paisagem e do território, etc.

Relativamente ao Restauro Arquitectónico, é hoje possível em Portugal a criação de um curso superior de qualidade, seja em instituição de ensino superior que já possua cursos de Conservação e Restauro ou mesmo em outras instituições que ministrem cursos em áreas do saber semelhantes (como a Arquitectura e a História da Arte), bastando para tal que sejam reunidos os melhores investigadores e docentes das áreas curriculares contempladas pelo novo curso superior (não sendo necessariamente todos arquitectos ou conservadores/restauradores).

Contudo, quanto ao Restauro Urbano Integrado, mesmo criando esta nova licenciatura apenas numa instituição de ensino superior que já possua licenciaturas em áreas do saber semelhantes, será muito mais difícil reunir em Portugal um grupo de investigadores coerente e de qualidade para se constituir como o respectivo corpo docente. Ainda assim, tendo em conta a pertinência da temática e as previsíveis necessidades profissionais a médio e a longo prazo, é necessário começar o quanto antes a preparar o caminho, aproveitando devidamente o Processo de Bolonha.

Esperamos que alguma instituição universitária portuguesa tome em mãos esta tarefa urgente, ficando em seguida o nosso contributo para um eventual plano curricular na área do Restauro Urbano Integrado, uma vez que é uma área interdisciplinar de autonomização relativamente recente. Apesar de ser baseada em exemplos internacionais, a proposta em anexo apresenta-se ainda dividida em quatro anos e sem ter em conta as disposições de Bolonha, de modo a que possa ser mais facilmente comparável com as licenciaturas hoje existentes.

Em função das licenciaturas em áreas similares que possam existir na instituição de ensino superior que invista numa licenciatura em Restauro Urbano Integrado, o currículo desta nova licenciatura deverá ser adaptado e articulado, de modo a permitir o sistema de créditos. Por outro lado, o segundo ciclo de ensino em Restauro Urbano Integrado deverá centrar-se em outras áreas que aqui não foram por nós autonomizadas (como a

Economia e o Direito, aplicados aos núcleos urbanos antigos) e numa maior especialização prática no âmbito do projecto de Restauro Urbano. Em alternativa, e porque o Restauro Urbano Integrado possui paralelismos evidentes com o Restauro Arquitectónico, assim como disciplinas curriculares comuns, poderia ser criada uma licenciatura em Restauro Arquitectónico cujo 2º ciclo de ensino fosse em Restauro Urbano Integrado. São várias as hipóteses, sendo que nos parece evidente a grande vantagem de um curso superior em Restauro Arquitectónico articulado com outro em Restauro Urbano Integrado dentro de uma mesma instituição.

Por si só, estas propostas mereceriam uma fundamentação mais alargada, a qual não é compatível com o exíguo formato de artigo de opinião numa publicação periódica. Contudo, esperamos poder vir a publicar essa fundamentação brevemente.

## ■ Anexo

### *Proposta para uma licenciatura em Restauro Urbano Integrado*

#### 1º ano

História da Arquitectura I  
História do Urbanismo I  
História e Teoria do Restauro  
Geografia Urbana  
Arquitectura e Paisagem I  
Desenho Aplicado\* / Informática Aplicada\*

#### 2º ano

História da Arquitectura II  
História do Urbanismo II  
Materiais e Técnicas Antigas de Construção I  
Sociologia Urbana\* / Antropologia do Espaço\*  
Arquitectura e Paisagem II  
Restauro Urbano (projecto) I

#### 3º ano

História da Arquitectura III  
Materiais e Técnicas Antigas de Construção II  
Planeamento Urbano e Gestão do Território  
Arqueologia Urbana\* / Metodologias e Técnicas de Inventário e Registo Patrimonial\*

Restauro Arquitectónico  
Restauro Urbano (projecto) II

#### 4º ano

1º SEMESTRE:  
Temas do Urbanismo Contemporâneo\*\*  
Critérios de Avaliação Patrimonial\*\*  
Restauro Urbano (projecto) III\*\*

#### 2º SEMESTRE:

Seminário de Restauro Urbano (trabalho prático)

## ■ Observações:

Nas várias disciplinas de História da Arquitectura (I, II e III), a abordagem seria feita à arquitectura erudita e também vernacular, com incidência em Portugal e nas suas variantes regionais.

Nas várias disciplinas de História do Urbanismo (I e II), a abordagem seria necessariamente feita ao urbanismo planeado e, sobretudo, ao de carácter orgânico, com incidência em Portugal.

Nas várias disciplinas de Arquitectura e Paisagem (I e II), a abordagem seria feita à paisagem urbana e rural, com incidência em Portugal. Esta disciplina seria, afinal, uma Teoria da Arquitectura e uma Teoria do Paisagismo para não arquitectos ou paisagistas.

\* - disciplina semestral

\*\* - carga horária equivalente à de uma disciplina anual

## ■ Referências

- 1 Tibério, R., 'Design de comunicação em debate na ESAD', *Gazeta das Caldas Online*, <http://www.gazetacaldas.com/Desenvol.asp?NID=10790> (acesso em 30-6-2005).
- 2 Instituto Politécnico de Tomar, 'Relatório de Auto-avaliação, 2004', [http://www.estt.ipt.pt/download/artigo/1\\_451\\_relatorio.pdf](http://www.estt.ipt.pt/download/artigo/1_451_relatorio.pdf), pp. 12, 14 e 33 (acesso em 30-6-2005).
- 3 Integrated Territorial & Urban Conservation (ICCROM), <http://www.iccrom.org/eng/prog2004-05/07territorial.htm> (acesso em 30-6-2005).
- 4 CECI - Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (Universidade Federal de Pernambuco - Brasil), <http://www.ceci-br.org> (acesso em 30-6-2005).
- 5 Centro Internacional de Formação para a Valorização e a Conservação dos Contextos Históricos Urbanos (Vicenza - Itália), <http://urbal.provincia.vicenza.it/pt/progetto.html> (acesso em 30-6-2005).
- 6 PostDip/MSc in European Urban Conservation, <http://www.trp.dundee.ac.uk/courses/msc.html> (acesso em 30-6-2005).